



LEI Nº. 499/2011

Protocolo de Publicação Nº 322/2011

Ato LEI

Período da Publicação 29 / 06 / 11

a

MURAL PÚBLICO

Flor do Sertão / SC 29 / 06 / 11

Responsável

FIXA O VALOR DE DIÁRIAS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei;

Art. 1º- Fica pela presente Lei fixado o valor de diárias para o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Servidores Municipais nos termos da tabela abaixo:

Local Destino	Prefeito, Vice-Prefeito	Secretários	Servidores
Capital Federal	600,00	350,00	300,00
Capital do Estado	400,00	290,00	230,00
Outros Municípios Brasileiros	350,00	230,00	200,00

Art. 2º- O servidor não terá direito a diária quando de deslocamento para Municípios localizados a distância igual ou inferior a 200 KM (duzentos quilômetros)

Art. 3º- O Servidor fará juz a diária inteira quando o período de viagem exigir pernoite fora de seu domicílio, a meia diária quando o período de viagem for superior a 8 (oito) horas e não exigir pernoite fora do domicílio.

Art. 4º- À critério do Poder Executivo Municipal, as diárias poderão ser pagas em percentuais menores do estabelecido no Art. 1º desta Lei, em função de valores apurados em relação ao possíveis gastos efetuados, a serem realizados pelo Servidor Municipal.

Art. 5º- As diárias serão concedidas mediante apresentação de relatórios específicos e devidamente autorizado.

Art. 6º- Nos termos da Legislação pertinente, o servidor Municipal está obrigado a apresentar comprovante da efetiva realização da viagem.

Parágrafo Único. O descumprimento da obrigação imposta pelo presente artigo obrigará o Servidor à devolução do Numerário devidamente corrigido



Art. 7º- O regime de diárias estabelecido pela presente Lei será feito pelo sistema de adiantamento.

Art. 8º Nas hipóteses dos artigos 2º e 3º, em que o servidor não tem direito a diárias, conceder-se-á adiantamento de recursos, previsto nas normas gerais de direito financeiro, para cobertura de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, quando em deslocamentos a serviço do município.

Art. 9º Consideram-se despesas para efeitos de adiantamento financeiro:

- a) extraordinárias e urgentes;
- b) efetuadas distante da Sede do Município;
- c) as quais custeiam viagens do Prefeito Municipal, com despesas de combustível e passagens, e eventuais casos de emergências, devidamente justificados;
- d) as miúdas e de pronto pagamento.

Art. 10 O adiantamento somente será liberado pela autoridade competente ou delegada, após justificativa em processo regular, onde conste, em requerimento, especialmente o seguinte:

- a) nome do servidor;
- b) cargo;
- c) dia do deslocamento e provável retorno;
- d) destino da viagem;
- e) objetivo da viagem;
- f) meio de transporte utilizado;
- g) valor estimado.

Art. 11 Conceder-se-á adiantamento para despesas classificadas nos elementos Material de Consumo e Serviços de Terceiros.

Art. 12 A critério do Poder Executivo Municipal, o regime de adiantamento poderá ser centralizado, designando-se servidor para tanto, o qual responderá pela aplicação dos recursos recebidos.

Art. 13 A movimentação financeira dos recursos de adiantamento, será feita exclusivamente via bancária.



Art. 14 O disposto no artigo 12 da presente lei, obrigará ao servidor designado, o cumprimento e responsabilidade de administrar os recursos recebidos, movimentando-os através de conta bancária específica, devendo ao final de 30 (trinta) dias efetuar a devida prestação de contas.

Art. 15 Na prestação de contas de que trata o artigo anterior, constará:

- a) balancete financeiro;
- b) extrato bancário da conta específica;
- c) comprovante de despesas;
- d) cópia da requisição do adiantamento;
- e) comprovante de recolhimento do saldo se por ventura existente.

Art. 16 Não serão feitos adiantamentos para despesas já realizadas, e nem se permitirá que se efetuem despesas maiores do que as quantias já adiantadas.

Art. 17 Far-se-á adiantamento precedendo a data da viagem.

Art. 18 O serviço de contabilidade manterá registro próprio e individualizado por adiantamento, controlando sua aplicação e respectiva prestação de contas.

Art. 19 O valor das diárias fixado no art. 1º da presente lei, será reajustado na mesma data e mesmos percentuais de reajuste concedidos aos servidores municipais.

Art. 20- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21- Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Lei 281/2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 29 dias do mês de Junho de 2011.


ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada
Na data Supra.


LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração